

O texto desta página na língua original [en](#) foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

inglês

Swipe to change

Mediação nos países da UE

Irlanda

Quem contactar?

Não existe qualquer organismo da administração central responsável pela prestação de serviços de mediação.

Em que área o recurso à mediação é admissível e/ou mais comum?

O recurso à mediação é mais habitual em processos por danos pessoais, em processos de direito comercial e da família, bem como em acções apresentadas por discriminação ilegal ao abrigo das leis da igualdade.

Devem ser seguidas regras específicas?

Danos pessoais

Regra geral, o recurso à mediação é voluntário. A mediação é regulada pelos artigos 15.º e 16.º da Lei da Responsabilidade Civil e dos Tribunais (Civil Liability and Courts Act), de 2004. O artigo 15.º introduz o conceito de reunião de mediação. Um tribunal pode instar as partes numa acção por danos pessoais a reunirem-se para discutir o caso e tentar sanar o conflito. Se uma das partes não cumprir as directrizes do tribunal, este poderá obrigá-la a pagar as custas subsequentes.

Em certos casos, o mediador poderá ser uma pessoa nomeada por um organismo indicado para o efeito, por ordem do ministro da Justiça, Igualdade e Reforma Legislativa (Minister for Justice, Equality and Law Reform).

Para mais informações, consultar a [Lei da Responsabilidade Civil e dos Tribunais de 2004 \(artigo 15.º\)](#) e a [Lei da Responsabilidade Civil e dos Tribunais de 2004 \(artigo 15.º\) \(n.º 2\)](#).

Direito da família

No que diz respeito ao direito da família, várias leis exigem que os representantes legais das partes numa separação/divórcio discutam com o demandante ou o demandado (conforme for adequado) a possibilidade de enveredar pela mediação. Com este procedimento pretendese que as duas partes cheguem a acordo. Os representantes legais também devem fornecer a cada uma das partes os nomes e as moradas de profissionais qualificados para a prestação de serviços de mediação a cônjuges desavindos, devendo ainda declarar, perante o tribunal, o cumprimento deste requisito pela parte em questão. No caso de não ser possível efectuar tal declaração, o tribunal poderá adiar as diligências processuais pelo tempo que considere razoável para que o representante legal dê início às diligências pertinentes.

Para mais informações, consulte o sítio Web da [Agência de Apoio à Família](#) (Family Support Agency) e do [Serviço de Mediação Familiar](#) (Family Mediation Service).

Direito comercial

Ao julgar uma acção de natureza comercial, o juiz poderá (nos termos da ordem 63A do [Regimento dos Tribunais Superiores](#) (Rules of the Superior Courts), de 2004), a pedido de qualquer uma das partes ou por decisão própria, ordenar que a acção ou qualquer questão associada à acção seja adiada por um período não superior a 28 dias, necessário para que as partes decidam se pretendem recorrer à mediação, conciliação ou arbitragem para dirimir a acção ou questão. Se as partes optarem por uma destas vias, o juiz prorrogará o prazo concedido a cada uma das partes para o cumprimento de qualquer disposição do referido regimento ou de uma decisão judicial.

Tribunal da Igualdade de Oportunidades (Equality Tribunal)

Para mais informações sobre o Tribunal da Igualdade de Oportunidades, consulte o [Sítio Web de informação aos cidadãos](#) e o sítio Web do [Tribunal da Igualdade de Oportunidades](#).

Informação e formação

Regra geral, a formação dos mediadores não compete ao Estado. Contudo, parte das competências da Agência de Apoio à Família consiste em fornecer formação no domínio da mediação familiar. Os candidatos a esta formação deverão ter concluído 60 horas de formação genérica na área da mediação e ter sido submetidos a um rigoroso processo de selecção.

Para mais informações, consulte o sítio Web da [Agência de Apoio à Família](#).

Qual é o custo da mediação?

Em geral, a mediação não é gratuita; o pagamento está sujeito a acordo entre o mediador e as partes.

O [Serviço de Mediação Familiar](#) e o [Tribunal da Igualdade de Oportunidades](#) poderão, contudo, prestar este serviço gratuitamente.

É possível executar um acordo obtido por mediação?

Um acordo alcançado num processo de mediação pode ter a força vinculativa de um contrato.

Última actualização: 07/12/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.